

Clipping n° 1049

, 14 Agosto 2012 - 14:11:02

Printi anuncia plataforma de impressão on demand via internet no Brasil A Printi, empresa que oferece serviços gráficos virtuais, anunciou recentemente seu ingresso no mercado brasileiro, através de um novo conceito de Web2Print. O objetivo é redefinir os modelos de gráficos tradicionais, promovendo a comunicação com os clientes de forma menos burocrática. Entre as exclusividades gratuitas oferecidas estão funcionalidades de checagem técnica do arquivo, simulação do produto na tela, cotações dinâmicas, gabaritos e templates, além da centralização de todas as informações do processo estarem centralizadas em um único lugar, para que o cliente não tenha que lidar com diferentes departamentos. A empresa informou também que inicia suas atividades com aportes de grupo de investidores norte-americanos do Vale do Silício: Greenoaks Capital; investidores-anjo como Kai Schoppen, da Brandsclub; do empresário e fundador do Groupon Brasil, Florian Otto; do investidor e fundador da OLX, Fabrice Grinda; do fundador da Palantir Technologies e um dos primeiros colaboradores do PayPal, Joe Lonsdale; e do diretor de mobile & social do Google para América Latina, Peter Fernandez. No total, a Printi oferece cinco produtos principais: cartões de visita, papel timbrado, cartazes, catálogos e flyers, que podem ter múltiplas variações como cartões de fidelidade, recibos, cartões, brochuras, panfletos entre outros. Ao todo, são mais de 6 mil permutas de produtos, com um dos maiores catálogos de impressão via internet no Brasil. Em médio prazo, a meta da empresa é oferecer todos os produtos de impressão existentes no mercado off-line na vitrine on-line, variando desde impressos simples, como revistas e livros, até impressões complexas, como as holográficas e em 3D. Outro foco é suprir as demandas gráficas de pequenas e médias empresas, facilitando o cotidiano desses clientes. Professional Publish

Revisão dos auxílios pode aumentar a aposentadoria O segurado que recebeu um auxílio-doença entre 1999 e 2007 e voltou a contribuir para o INSS antes de se aposentar pode ter um aumento em seu benefício com a revisão dos auxílios, que começa a ser paga em 2013. Esses segurados não têm mais direito a atrasados, que são as diferenças que o INSS deixou de pagar, mas poderão conseguir um reajuste no benefício atual. Quem ainda não se aposentou, mas recebeu um auxílio com erro, também pode pedir para o INSS corrigir as contribuições para aumentar a média salarial que será usada no cálculo de sua aposentadoria. A correção é vantajosa para quem ficou um longo período recebendo auxílio-doença e teve um período de contribuições pelo salário mínimo (hoje, R\$ 622), seguido por outros sobre o teto, que hoje é de R\$ 3.916,20. Agora SP

Veja como garantir acúmulo de auxílio e aposentadoria O segurado que começou a receber auxílio-acidente até 9 de dezembro de 1997 e teve o valor do benefício cortado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) após se aposentar pode entrar na Justiça para pedir o direito do restabelecimento do benefício e os atrasados. A vantagem do acúmulo é que o segurado pode ganhar mais que o teto do INSS, que hoje é de R\$ 3.916,20. Quando o benefício não é acumulado, ele entra no cálculo da aposentadoria. No entanto, o valor do pagamento é limitado ao teto. Quem quiser o acúmulo vai ter que entrar na Justiça. Em março deste ano, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) disse que só era possível acumular os benefícios para aposentarias até 1997. A discussão, porém, não está encerrada e, para a advogada Vivian Melissa Mendes, ainda vale a pena entrar com uma ação na Justiça. Agora SP

Procuradoria defende troca de benefício sem devolução A Procuradoria-Geral da República defendeu, em um processo no STJ (Superior Tribunal de Justiça), a concessão da troca de aposentadoria do INSS sem a devolução da grana recebida pelo segurado no primeiro benefício. O parecer favorece o aposentado que voltou a trabalhar e tem esperanças de conseguir um novo benefício, em que sejam somadas as novas contribuições e a idade maior. Um segurado do Rio Grande do Norte, aposentado em 1997, tentou, no Juizado Especial Federal, ter uma aposentadoria com menos descontos. Ele perdeu em todas as instâncias e o processo chegou ao tribunal superior. Chamada a opinar, a Procuradoria defendeu a troca sem a devolução da grana e afirmou que o STJ já firmou o entendimento de que não há essa necessidade. Agora SP

Em nota, centrais sindicais criticam "autoritarismo" do governo com funcionalismo Numa declaração de repúdio ao que classificam de "autoritarismo" do governo, as centrais sindicais oficializaram, domingo (12), apoio à greve dos funcionários públicos federais. Em nota, CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central e UGT afirmam que a decisão do governo de cortar o ponto dos grevistas e de substituí-los por outros trabalhadores serve "apenas para acirrar os ânimos". "Repudiamos todas as formas de autoritarismo no trato com reivindicações legítimas dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público. Solidárias com os grevistas, as centrais sindicais reconhecem que a saída para a paralisação está na disposição das partes sentarem à mesa e negociarem até a exaustão, tendo como perspectiva a solução rápida do conflito, reduzindo, assim, os prejuízos causados aos próprios servidores e à população", destaca o documento. As paralisações, que atingem dezenas de categorias e já mobilizam cerca de 350 mil servidores, têm por objetivo a obtenção de reajustes salariais e melhorias nas condições de trabalho. Elas atingem o atendimento à população, as operações nos portos, as aulas nas universidades federais, entre outros setores. "Entendemos que a solução para a greve está na negociação. Não há saída pela repressão. Nem na ditadura se conseguiu acabar com greve por meio do autoritarismo", diz João Carlos Gonçalves, da Força Sindical. Na quarta-feira, representantes das cinco centrais sindicais se encontrarão, em Brasília, com o chefe da Secretaria-Geral da Presidência, ministro Gilberto Carvalho, para discutir assuntos não relacionados à greve dos servidores federais. Na ocasião, entretanto, de acordo com presidente da CTB, Wagner Gomes, haverá uma tentativa de se incluir o tema na pauta da reunião. "Esperamos poder discutir essa questão com a presidente Dilma", ressaltou Gomes. "Nosso objetivo é tentar retomar o diálogo. O governo tem se mostrado inflexível, ao afirmar que não tem como negociar porque não há recursos disponíveis. A principal preocupação está sendo o superávit primário. Essa é uma opção política", acrescentou. (Fonte: Valor Econômico)

Nota das centrais sindicais sobre a greve dos servidores As centrais sindicais (CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central e UGT) apoiam a greve do funcionalismo público federal que reúne dezenas de categorias, por reajuste salarial, benefícios sociais e econômicos. No entender do movimento sindical, é legítimo os trabalhadores paralisarem as atividades para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. O movimento sindical apoia também o pleito dos grevistas relativo à regulamentação em lei da Convenção 151 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, que trata das relações de trabalho na administração pública, notadamente o direito de organização e negociação coletiva para a solução de conflitos e para o exercício dos direitos civis e políticos. É justamente a falta de negociação entre as partes - postura adotada pelos governos passados que gerou o descontentamento generalizado dos servidores, há décadas submetidos a uma política de desvalorização da carreira de servidor e de arrocho salarial. Entendemos, porém, que cortar o ponto e substituir grevistas por outros trabalhadores servem apenas para acirrar os ânimos e por lenha na fogueira do descontentamento do funcionalismo público federal. Repudiamos todas as formas de autoritarismo no trato com reivindicações legítimas dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público. Solidárias com os grevistas, as centrais sindicais reconhecem que a saída para a paralisação está na disposição das partes sentarem à mesa e negociarem até a exaustão, tendo como perspectiva a solução rápida do conflito, reduzindo, assim, os prejuízos causados aos próprios servidores e à população. Wagner Gomes, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil) Vagner Freitas, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) Miguel Torres, presidente da Força Sindical. Jos é Calixto Ramos, presidente da NCST (Nova Central) Ricardo Patah, presidente da UGT

(União Geral dos Trabalhadores)

Jorge Caetano Ferminop